



Desinformação: sentidos políticos e saídas possíveis para as *fake news*

Disinformation: political meanings and possible solutions to fake news

Luiz Gustavo Duarte

Doutor em Saúde Coletiva
Instituto Federal do Paraná, Brasil.
lgduarte@proton.me

Maira Sayuri Sakay Bortoletto

Doutora em Saúde Coletiva
Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
mairuska@gmail.com

MARTINS, Helena (Org.). **Desinformação: sentidos políticos e saídas possíveis para as *fake news***. São Paulo: Veneta, 2020.



Em **Desinformação: sentidos políticos e saídas possíveis para as *fake news***, livro organizado por Helena Martins e publicado em 2020 pela editora veneta em parceria com Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social, é apresentado ao leitor um panorama breve, mas analítico sobre o fenômeno da desinformação. O livro pode ser compreendido como um convite àqueles que querem adentrar na discussão acerca da desinformação como questão contemporânea. Ele está estruturado e escrito de um modo objetivo e didático, e os problemas e questões relacionados ao que pode ser previamente compreendido como *fake news* são debatidos e desenvolvidos com um aprofundamento que, ao mesmo tempo em que delimita a complexidade do tema, não o torna inacessível ao leitor iniciante.

Com três capítulos principais, excetuando-se o prefácio e a introdução, os temas percorrem aspectos da desinformação sob perspectivas singulares dos respectivos autores.

Em sua apresentação do livro, a autora e organizadora da obra, Helena Martins, delimita a questão e ressalta a necessidade de se compreender a desinformação como um tema crucial para a contemporaneidade. Muitas vezes, quando concebida apenas como *fake news*, pode-se erroneamente pensar que tal fenômeno se restringe a notícias falsas. No entanto, ao nos aprofundarmos no assunto, a desinformação revela-se como uma questão

Submetido em: 02/02/2025

Aceito em: 23/01/2026

Publicado em: 23/01/2026



doi: [10.28998/cirev.2026v13e19174](https://doi.org/10.28998/cirev.2026v13e19174)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](#)

que transcende o ambiente comunicacional, abrangendo também a filosofia política, a economia e, em última análise, a produção de subjetividades.

Conforme trazido logo no início do livro, sob a perspectiva da filosofia, a autora contextualiza a questão da mentira como estratégia, não ocorrendo apenas no Brasil, mas sim no mundo. Tal concepção é pautada nas discussões da filósofa Hannah Arendt, que argumenta que, quando as mentiras circulam de maneira a suprimir a verdade, não apenas a verdade é atacada e difamada, mas também ocorre uma deterioração de nossa própria capacidade de interpretar o mundo.

Essa disseminação ocorre tanto nas famílias, grupos de amigos quanto em associações, de modo que o termo *fake news* acabou sendo popularizado no país. Esse termo, contudo, carece da abrangência necessária para tratar de questões tão plurais e complexas que muitas vezes são designadas por ele. Dessa forma, os textos incluídos no livro estão orientados pela discussão conceitual a partir da desinformação, pois esta inclui um importante condicionante: a intencionalidade.

Ao incluir a intencionalidade como importante característica à desinformação, percebe-se não haver apenas uma exposição mais abrangente do tema, mas também uma localização do problema. Ora, se ao usar o termo *fake news*, muitas vezes se esvazia a rede comunicacional e as relações de poder que a produziram e permitiram sua circulação. Ao incluir a intencionalidade nesta equação, percebe-se que as notícias falsas se exprimem como uma característica, dentre as várias possíveis, que a desinformação pode assumir.

É tensionado no texto que, se há intencionalidade na desinformação, há também um objetivo, que geralmente é político. Com esta circulação com direcionamento político, a desinformação percorre ambientes que podem ser operados para acelerar e propagar certas ideias. Isto ocorre especialmente nos movimentos que se dão nos ambientes digitais, visto que estes estão monopolizados por grandes companhias, o que traz à tona o debate sobre a construção da desinformação como um caminho lucrativo.

Nessa nova seara para o capitalismo operar, o capital percorre o tráfego de dados. A desinformação se transforma em um modo de operação, gerando um negócio lucrativo nos meios digitais, não muito diferente das outras formas de expropriação dos menos favorecidos. Contudo, nesse espaço, a exploração ocorre por meio do uso indevido das informações pessoais dos usuários.

Forja-se um campo de disputa política e econômica no qual as plataformas subsistentes operam em contínua vigilância. Elas não disputam apenas a questão da verdade, colocando-a como periférica neste jogo de monetização, mas também a escanteiam de maneira que muitas vezes se torna irrelevante. Essa irrelevância é benéfica para as próprias *Big Techs*¹, visto que a desinformação está no cerne de um modelo de aumento da lucratividade nos ambientes digitais.

A monetização ganha um espaço necessário na discussão, visto que as empresas mais valiosas do mundo estão atualmente no ramo da tecnologia. Esta monetização ocorre com estudo, desenvolvimento e organização de algoritmos e plataformas de anúncio. Se anteriormente, no surgimento e expansão da internet, se vislumbrava uma internet livre com ampla circulação de debates para a proliferação de produção de conhecimento, o panorama atual mostra uma plataformação que busca, por meio de aprimoramento de

¹ Grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado global, como Apple, Google, Amazon, Facebook e Microsoft, influenciando significativamente a economia, a cultura e a política.

algoritmos e monitoramento, a maior extração possível de atenção que possa ser convertida em lucro. Esse processo ocorre quase totalmente alheio ao usuário final da plataforma, cujo comportamento é esquadrinhado e monetizado.

Com este quadro de monetização da atenção e monitoramento de plataformas, o livro nos instiga a questionar se há um ambiente online “neutro” e “imparcial”, especialmente quando tratamos de redes sociais. Se há um direcionamento, uma intencionalidade por trás do algoritmo, isso limita e direciona o que o usuário irá visualizar durante aquele tempo. A otimização disso para aumento de receitas vem acompanhada de permissividade com a disseminação de desinformação.

Esta apresentação que inicia o livro nos situa em torno do problema e nos mostra que, após quatro anos de pandemia, a desinformação invade e força setores que antes fechavam os olhos para essa questão a discutirem e debaterem sobre o problema.

Nos três capítulos seguintes, o tema é discutido pelos autores sob enfoques que operam não apenas como uma exposição da questão, mas também como indícios reveladores da própria contemporaneidade. Mesmo sendo publicado em 2020, no ano inicial da pandemia de COVID-19, a discussão ao longo do livro surge quase como um artifício literário de *foreshadowing*². São elaborações e registros do tempo que nos vão dando um panorama dos próprios movimentos que ocorreram desde a publicação até o ano presente.

No capítulo “Aspectos da desinformação, capitalismo e crises”, de Bruno Marinoni e Vanessa Galassi, o terreno de análise é construído sob uma perspectiva histórica da desinformação e como ela é produzida na atualidade. Nele, temos a exposição de referências que trazem eventos de divulgação de campanhas de difamação que datam do século I a.C. Contudo, é em 2016 que a discussão se populariza sob o termo “*fake news*”, popularizado, ironicamente, pelo então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump.

O segundo capítulo, “Muito Barulho para Silenciar”, de autoria de Eduardo Amorim e Ramênia Vieira, discute como a desinformação impacta a sociedade. Esses impactos são exemplificados com casos próximos ao nosso dia a dia, como a disseminação de notícias falsas durante as eleições de 2018 e o assassinato de Marielle Franco. O capítulo também revela estratégias que podem passar despercebidas para observadores menos atentos, como as práticas de desinformação incentivadas pelo então guru da extrema direita brasileira, Olavo de Carvalho, e a relação da mídia tradicional com essas práticas. Além disso, são apresentados casos de outros lugares do mundo, como a eleição de Donald Trump em 2016 e a campanha para a saída do Reino Unido, conhecida como Brexit, que começou em 2016 e se formalizou em 2020.

Ambos os capítulos funcionam de modo complementar. Ao termos um vislumbre dos percursos e marcos históricos desta trama da desinformação e ao aprofundar em questões contemporâneas, com análises e estudos apresentados, um panorama da questão é delineado. Com essa exposição, o tema se torna passível de uma reflexão mais qualificada, que se distancia do senso comum, muitas vezes orientado para a culpabilização do usuário final.

² Técnica narrativa que consiste em inserir pistas sutis em uma história para antecipar eventos futuros, criando suspense e preparando o leitor para reviravoltas.

Podemos tomar como exemplo a popularização do termo *fake news*, que levantou questões sobre os impactos e ressonâncias sobre como estes tópicos poderiam influenciar outros processos eleitorais e políticos ao redor do mundo. Isto, pois, a concentração da circulação da informação em poucas plataformas e empresas, fez esta estratégia percorrer e nos fazer sentir a contrapelo seus efeitos. Não apenas para quem possui acesso à internet sofre com os efeitos da desinformação como estratégia, visto que, nesta hiperconexão, a própria forma como se dá as interações é influenciada por um ecossistema comunicacional que não está restrito às interações físicas.

Outro fator que se soma a esse ambiente comunicacional virtual não diz respeito apenas ao acesso à internet, mas sim à forma como se dá a conectividade. Apesar de não estar presente no livro, por se tratar de dado mais recente, observa-se que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023, a internet chega a 92,5% dos municípios do país, entretanto, esse acesso não é pleno (IBGE, 2024). Como mostra o estudo “Conectividade Significativa: Propostas para medição e o retrato da população no Brasil” (NIC.br; CGI.BR, 2024), o acesso a uma conectividade significativa, ou seja, com no mínimo conexão 4G, smartphone próprio, conexão de banda larga com dados ilimitados e de uso diário, em 2023 apenas 22% da população brasileira tinha este acesso.

Esta desigualdade de acesso se emaranha com outra prática que limita o acesso à rede, o *zero rating*, também chamado de tarifa zero. Apresentada e problematizada ao longo do primeiro capítulo, a prática consiste em operadoras que oferecem em seus planos de dados acesso a aplicativos que, ao serem utilizados, não contabilizam na sua franquia de dados, ou seja, são gratuitos. Isso restringe o acesso de usuários de baixa renda a certos aplicativos e serviços, limitando a navegação fora deles.

O termo utilizado para esse enclausuramento dos usuários, causado pela desigualdade de acesso, é designado pelos autores como “jardins murados”. Se os principais meios de acesso à internet de uma pessoa estão concentrados apenas em aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, ou em redes sociais, como o Facebook, quaisquer conexões realizadas fora desses ambientes consumirão o plano de dados. Com o tempo, a tendência do usuário é permanecer realizando apenas ações dentro desses aplicativos.

Dessa forma, ao acompanhamos as exposições e argumentações realizadas ao longo dos capítulos, é possível compreendermos que existe um sistema que se retroalimenta dos dados gerados, onde as desinformações captam atenção e geram engajamento e a desigualdade de acesso atua na restrição do usuário a quaisquer outros aplicativos. É um jogo de ganha-ganha para aqueles que utilizam a desinformação como estratégia e para as empresas que extraem capital destas operações.

No terceiro e último capítulo, escrito por Ana Carolina Westrup e intitulado “Para Além da Aparência: Saídas Amplas e Democráticas”, a discussão é direcionada para as possíveis soluções para o problema previamente apresentado no livro. As propostas expostas configuram-se como um conjunto de diretrizes e arranjos que buscam promover formas democráticas de enfrentamento da desinformação, mesmo em um ambiente frequentemente hostil a tais mudanças e aperfeiçoamentos. Isso porque, como demonstrado pelos autores, em alguns países como Malásia, Cingapura e Filipinas, observa-se como resposta a adoção de mecanismos de controle que envolvem regulações e punições que, à medida que se tornam repressivos, podem afetar valores além dos democráticos, como a liberdade de imprensa.

Os enfrentamentos propositivos que não recorrem a um punitivismo frequentemente repressor ao usuário comum são ilustrados no capítulo por exemplos como o da França, em 2018, com a aprovação de prerrogativas que autorizam juízes a intervir na circulação de informações falsas durante períodos eleitorais, e o da Alemanha, com a lei conhecida como NetzDG, também de 2018, que impôs às plataformas digitais a obrigação de remover conteúdos ilegais já tipificados na legislação.

No contexto brasileiro, a autora observa que, diante da realidade que se desenhava, a discussão sobre os efeitos do Marco Civil da Internet, de 2014, e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 2018, além daquelas pautadas no Congresso, vem sendo conduzida por meio de debates que tendem a individualizar o problema da desinformação, restringindo-o à esfera penal e transferindo, de forma quase exclusiva, a responsabilidade para as plataformas digitais.

Nestes debates, as soluções propostas no capítulo são necessariamente multidimensionais, ou seja, não devem abordar apenas uma dimensão, como a penal ou a educacional, tratando-a como panaceia para a questão. As propostas devem ser plurais, com responsabilidades compartilhadas entre Estado, empresas e sociedade civil, de modo que estejam em consonância com os direitos humanos, o direito à comunicação, à liberdade de expressão e à privacidade.

Com um olhar já distanciado, pós-pandêmico, as reflexões instigadas pelos capítulos colaboraram com as discussões que ainda fazem parte do debate público. São questões que acompanharam a própria pandemia de COVID-19, com redes de divulgação de tratamentos ineficazes e movimentos antivacinas, que estimulavam a conspiração e banalizavam as mortes ocorridas pela doença. Também se intensificaram os debates sobre uso de *deepfakes*³, desinformação sobre processos eleitorais e, mais recentemente, o uso de Inteligência Artificial, que recoloca o problema em outros contextos que até então estavam numa discussão mais periférica, como os direitos autorais.

Assim, com uma generosa e valiosa lista de pontos importantes que devem ser almejados pela sociedade para garantir um ambiente democrático aliado a um combate efetivo à desinformação, o livro cumpre o papel de abrir importantes portas para problemas e questões contemporâneas da circulação de informação. Os autores apontam alguns dos pontos nevrálgicos das discussões recentes e oferecem pistas para eventos e caminhos históricos que nos conduziram ao cenário atual.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR); COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR) (ORG.). **Conectividade Significativa: propostas para medição e**

³ Tecnologia que utiliza inteligência artificial para criar vídeos, áudios e imagens falsos, mas extremamente realistas, nos quais pessoas são colocadas em situações que nunca ocorreram.

o retrato da população no Brasil. São Paulo, SP: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/conectividade-significativa-propostas-para-medicao-e-o-retrato-da-populacao-no-brasil/>. Acesso em: 12 dez. 2024.